

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – 4.ª EDIÇÃO

CAPÍTULO I

HONORÁRIOS DE ADVOGADO NO SISTEMA DO PROCESSO

1. A condenação em honorários: dificuldades e importância da questão

Capítulo II

CICLO DE EVOLUÇÃO HISTÓRICA

2. Colocação do problema
3. No direito romano
4. No direito intermédio
5. Doutrinas modernas

Capítulo III

DIREITO COMPARADO

6. Legislações alemã e austríaca
7. O direito francês
8. O direito italiano
9. Legislações espanhola e portuguesa

Capítulo IV

PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS INFORMADORES DA RESPONSABILIDADE PROCESSUAL

10. Perspectivas
11. A teoria do ressarcimento
12. A teoria da pena
13. O dogma da sucumbência
14. Crítica à teoria da sucumbência: a teoria da causalidade
15. O princípio do interesse. As despesas do processo necessário

Capítulo V

O SISTEMA DO DIREITO BRASILEIRO

16. Sentido de sua evolução histórica
17. O princípio da causalidade e a regra da sucumbência no direito vigente
18. Aplicação imediata da nova sistemática processual. Aplicação da lei nova
19. A reforma processual projetada em tramitação

Capítulo VI

RESPONSABILIDADE DO LITIGANTE TEMERÁRIO PELO DANO PROCESSUAL

- 19-A. Razões de exclusão do tópico

Capítulo VII

SENTENÇA FINAL E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA SUCUMBÊNCIA

20. A sentença
21. A “sentença” do art. 20 do Código de Processo
22. Natureza da ação e incidência da regra do art. 20
23. Atos de ciência ou notificação e honorários de advogado
24. Ingresso prematuro do réu e extinção do processo decretada de ofício (indeferimento da inicial)
25. Honorários de advogado na decisão anulatória do processo
26. A “sentença” nos processos de competência originária dos Tribunais (ação rescisória e homologação de sentença estrangeira)

Capítulo VIII

PEDIDO DE HONORÁRIOS, SENTENÇA E RECURSOS

27. Desnecessidade de pedido do vencedor
28. Necessidade de condenação em honorários, na sentença
29. O problema da sentença omissa quanto aos honorários
30. O problema da condenação *implícita* no acórdão
31. Condenação na sentença para posterior arbitramento
32. Sentença omissa quanto à *fundamentação* do preceito condenatório
33. Omissão da sentença e embargos declaratórios
34. Sentença omissa e ação direta para cobrança de honorários da sucumbência
35. Honorários de advogado em sede de apelação. O problema da *reformatio in peius*
36. Recurso adesivo para pedir honorários ou elevação do *quantum*
37. Majoração da verba advocatícia em sede de reexame necessário
38. Embargos de divergência. Uniformização de jurisprudência
39. Recurso extraordinário e recurso especial em matéria de honorários
40. Correição parcial em matéria de honorários
41. Ação rescisória em matéria de honorários
42. Honorários nos Juizados Especiais

Capítulo IX

PARTE SUCUMBENTE E PARTE VENCEDORA

43. Conceito de parte
44. Conceito de sucumbente
45. Conceito de vencedor
46. Sujeitos (ativo e passivo) da condenação. Litisconsórcio. Oposição. Assistência. Intervenção. Denúnciação da lide
47. O substituto processual e honorários de advogado
48. A condenação de estranhos ao interesse em lide. Representantes, mandatários, tutores e curadores
49. Réu vencedor revel e honorários
50. Honorários devidos ao advogado em causa própria
51. Beneficiário da justiça gratuita e honorários de advogado
52. Pessoa jurídica de direito público vencedora ou vencida
53. O Ministério Público e honorários de advogado
54. Curadoria de Acidentes e honorários de advogado
55. Honorários advocatícios de curador do vínculo
56. Curador à lide. Curador especial do incapaz, do réu preso e do revel (art. 9.º do CPC)
57. Os honorários do curador da herança jacente
58. Pluralidade de autores e de réus

Capítulo X

HONORÁRIOS DE ADVOGADO NO PROCESSO CAUTELAR

59. Das medidas provisórias cautelares ou conservadoras
60. Honorários de advogado na medida cautelar
61. Arresto, sequestro, arrolamento, depósito e protesto
62. Medida cautelar de separação de corpos
63. Processo cautelar de sustação de protesto
64. Cautelares inominadas e cautelares satisfativas
65. Antecipação de tutela
66. Sustação de execução tributária

Capítulo XI

RECURSOS E INCIDENTES. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. INCIDENTE LITIGIOSO. ATENTADO

- 67. O momento processual da sucumbência
- 68. As despesas processuais nos incidentes e recursos
- 69. Exceção de incompetência, de litispendência ou de suspeição
- 70. O problema do incidente contencioso
- 71. Ação de atentado e honorários de advogado

Capítulo XII

CUSTAS, DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS DE ADVOGADO

- 72. Distinções
- 73. Despesas repetíveis e não repetíveis

Capítulo XIII

ELEMENTOS OBJETIVOS PARA A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS

- 74. Critérios legais de arbitramento
- 75. O sistema do atual Código de Processo
- 76. Base de incidência do percentual advocatício: valor da condenação (real ou hipotética)
- 77. Base de incidência da honorária: valor da causa
- 78. O valor da condenação: custas, juros e correção monetária
- 79. Verba advocatícia e honorários profissionais contratados. Contrato *quota litis*
- 80. Arbitramento judicial e percentagem fixada no contrato em lide
- 81. Tabela da Ordem dos Advogados
- 82. Honorários advocatícios e correção monetária
- 83. Pluralidade de demandas. Cumulação e conexidade. Reconvenção
- 84. A dedução da base de cálculo: recebimento parcial da dívida, contribuições previdenciárias, imposto de renda na fonte

Capítulo XIV

ELEMENTOS QUALITATIVOS NO ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS

- 85. As indicações da lei
- 86. Zelo profissional. Renome e cultura do advogado
- 87. Arbitramento em função do lugar da prestação do serviço
- 88. Fatores objetivos do art. 20, § 3.º, c: natureza e importância da causa, trabalho realizado e tempo exigido
- 89. *A fori consuetudo*
- 90. Confronto com outras profissões
- 91. Condições pessoais e conduta das partes

Capítulo XV

O DIREITO AUTÔNOMO DO ADVOGADO AOS HONORÁRIOS DA CONDENAÇÃO

- 92. Precedentes históricos
- 93. O problema perante o direito brasileiro
- 94. Natureza jurídica do instituto
- 95. O problema em face do Código de Processo e da Lei 4.215/1963
- 96. O direito autônomo do advogado em face do atual Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994)
- 97. O direito autônomo do advogado perante o crédito compensável do executado
- 98. O direito do advogado em face da transação das partes
- 99. A restituição dos honorários em caso de reforma ou anulação da sentença executada
- 100. Formas especiais de recebimento dos honorários

Capítulo XVI

SUCUMBÊNCIA PARCIAL E SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA

- 101. A problemática da regra fundamental

102. Pluralidade de demandas. Ações conexas e cumuladas. Ação e reconvenção
103. Pedidos separáveis na mesma demanda
104. A sucumbência no acolhimento parcial do pedido
105. A sucumbência parcial e o Código anterior
106. A sucumbência recíproca do atual Código de Processo
107. Avaliação da reciprocidade e formas de compensação
108. Litigante vencido em parte mínima
109. Sucumbência mínima. Situações equiparadas. Ação de dano moral e ação de alimentos

Capítulo XVII

DIREITO SUPERVENIENTE COMO CAUSA EXTINTIVA DA AÇÃO E HONORÁRIOS

110. O tema do fato ou direito superveniente
111. O *ius superveniens* no direito brasileiro
112. Os honorários na extinção do processo pela causa superveniente

Capítulo XVIII

DESISTÊNCIA DA AÇÃO E RENÚNCIA DO DIREITO

113. Desistência da ação e renúncia do direito
114. A motivação da desistência e honorários de advogado
115. Momento em que a desistência é manifestada e honorários
116. A desistência nas várias modalidades de ação

Capítulo XIX

RECONHECIMENTO DO PEDIDO E CONFISSÃO

117. Reconhecimento do pedido e confissão: distinção
118. Requisitos do reconhecimento do pedido
119. Formas e efeitos do reconhecimento
120. Os encargos da sucumbência no reconhecimento
121. Prestação do ato reclamado e recebimento do depósito oferecido (consignação)
122. Recusa pelo autor do reconhecimento do réu
123. Reconhecimento inoperante (de resultado proibido) e honorários
124. Caso especial de reconhecimento na ação de despejo e na ação monitória

Capítulo XX

OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO NA TRANSAÇÃO

125. A transação: natureza e efeitos
126. A disciplina das despesas processuais na transação
127. Transação das partes e o direito autônomo do advogado

Capítulo XXI

RECONVENÇÃO, OPOSIÇÃO E AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL

128. Honorários advocatícios na reconvenção
129. Honorários de advogado na oposição
130. Ação declaratória incidental e honorários de advogado

Capítulo XXII

PERDA PELO VENCEDOR DO DIREITO A HONORÁRIOS (ART. 22)

131. A inovação do art. 22: finalidade e pressupostos
132. O elemento subjetivo da omissão: dolo e culpa
133. Conteúdo da resposta do réu: contestação e exceções omitidas
134. Aplicação do art. 22 no procedimento sumaríssimo
135. O caso especial da prescrição

Capítulo XXIII

ATOS MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIOS, IMPERTINENTES OU SUPÉRFLUOS

- 136. A regra fundamental
- 137. Condição da responsabilidade pelas despesas
- 138. Conteúdo da sanção processual do art. 31 e honorários de advogado

Capítulo XXIV

AS DESPESAS DO PROCESSO EXTINTO E A RENOVAÇÃO DA DEMANDA

- 139. A regra fundamental
- 140. Pagamento ou depósito da condenação anterior

Capítulo XXV

CAUÇÃO DE HONORÁRIOS DE ADVOGADO

- 141. A exigibilidade da caução
- 142. Natureza processual do instituto
- 143. Finalidade da caução: garantia das custas e honorários da sucumbência
- 144. Autor sujeito à caução e pressupostos da medida
- 145. Disciplina processual da prestação da garantia
- 146. *Cautio judicatum solvi* e convenções internacionais

Capítulo XXVI

NO PROCESSO DE EXECUÇÃO

- 147. O atual Código e unificação do processo executório
- 148. As custas e os honorários no processo de execução
- 149. Processo fundado em título executivo judicial
- 150. Lei 11.232/2005: cumprimento e execução da sentença
- 151. Processo fundado em título executivo extrajudicial
- 152. Desistência da execução
- 153. Casos de isenção, compensação e agravamento da responsabilidade
- 154. Honorários de advogado nos embargos de terceiro
- 154.-A Exceção de pré-executividade e honorários

Capítulo XXVII

PROCESSOS RELATIVOS AO DIREITO DE FAMÍLIA

- 155. O processo “necessário” nas ações de estado e capacidade das pessoas
- 156. Nas causas matrimoniais: anulação do casamento, separação litigiosa e divórcio
- 157. Contestação da paternidade
- 158. Na ação de alimentos

Capítulo XXVIII

INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO: PRESTAÇÕES PERIÓDICAS

- 159. A variedade de critérios no cálculo dos honorários
- 160. O problema em face do atual Código de Processo e sua modificação

Capítulo XXIX

HONORÁRIOS DE ADVOGADO NA AÇÃO ACIDENTÁRIA

- 161. Obreiro vencido
- 162. Ação proposta pelo curador de acidentes
- 163. Ação acidentária julgada procedente. Critérios de fixação dos honorários
- 164. Ações previdenciárias

Capítulo XXX

HONORÁRIOS DE ADVOGADO NA AÇÃO DE DESPEJO. RESPONSABILIDADE DO FIADOR

- 165. Despejo por falta de pagamento de alugueres

- 166. Sentença. Desocupação e reconhecimento. Execução. Desvio de uso
- 167. Honorários da ação de despejo e responsabilidade do fiador

Capítulo XXXI

RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO E REVISIONAL DE ALUGUEL

- 168. Ação renovatória não contestada e reconhecida
- 169. Ação renovatória improcedente ou extinta
- 170. Ação negatória conexa com pedido de renovação
- 171. Renovação deferida exceto quanto ao aluguel proposto ou contraposto
- 172. Honorários de advogado na ação revisional

Capítulo XXXII

AÇÃO DECLARATÓRIA, DE CONSIGNAÇÃO E DEPÓSITO LIBERATÓRIO, DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E MONITÓRIA

- 173. Os honorários da ação declaratória
- 174. Ação de consignação em pagamento e depósito liberatório
- 175. Na prestação de contas
- 176. Ação monitória

Capítulo XXXIII

HONORÁRIOS CONVENCIONADOS EM CONTRATO E A LEI DE USURA

- 177. A multa contratual no mútuo e os honorários de advogado
- 178. Encargos convenionados em contrato diverso do mútuo
- 179. Cédula rural pignoratícia e de crédito industrial
- 180. Contrato de alienação com garantia fiduciária

Capítulo XXXIV

HONORÁRIOS DE ADVOGADO NO PROCESSO EXPROPRIATÓRIO

- 181. A Lei das Desapropriações: sua omissão e sua alteração
- 182. O primitivo critério do art. 27, § 1.º, da Lei das Desapropriações
- 183. Oferta inicial integrada pelo depósito complementar
- 184. Correção monetária e honorários de advogado na desapropriação
- 185. Honorários em quantia fixa e correção monetária
- 186. Atualização também da oferta no cálculo dos honorários
- 187. Os honorários e os juros sobre a indenização
- 188. Expropriado revel, honorários indevidos
- 189. Honorários na transação das partes
- 190. Honorários na desistência da desapropriação
- 191. Critérios de arbitramento: a escala móvel do novo § 1.º do art. 27 (MP 2.183-56/2001)
- 192. Fixação judicial e taxa honorária convenionada com a parte
- 193. A situação das sociedades de economia mista e empresas públicas
- 194. A disciplina dos honorários na desapropriação indireta
- 195. Lides incidentes e processos correlatos
- 196. Levantamento dos honorários e art. 34 da Lei das Desapropriações
- 197. Caráter alimentar dos honorários: art. 33 do ADCT e art. 100 da CF

Capítulo XXXV

HONORÁRIOS DE ADVOGADO NO PROCESSO FALIMENTAR

- 198. Depósito elisivo da falência com ou sem contestação
- 199. Pedido de falência procedente ou improcedente
- 200. Honorários de advogado nas impugnações de crédito
- 201. Honorários na restituição de mercadorias e valores
- 202. Ações paralelas ou correlatas ao processo falimentar
- 203. Honorários do advogado do falido, do síndico e do comissário (administrador judicial)

- 204. Honorários de advogado na insolvência civil
- 205. Direito autônomo do advogado e crédito privilegiado

Capítulo XXXVI

HONORÁRIOS DE ADVOGADO NO MANDADO DE SEGURANÇA

- 206. A problemática e a Súmula 512
- 207. Os novos reclamos da jurisprudência e da doutrina
- 208. A Súmula 105 do STJ e seus precedentes. A nova Lei de Mandado de Segurança

Capítulo XXXVII

AÇÃO POPULAR, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, MANDADO DE INJUNÇÃO, AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO INTERVENTIVA

- 209. Autor popular vencido
- 210. Ação popular julgada procedente
- 211. Honorários de advogado na ação civil pública de responsabilidade
- 212. Honorários de advogado no mandado de injunção e habeas data
- 213. Ação direta de inconstitucionalidade
- 214. Ação interventiva

Capítulo XXXVIII

A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO. EXECUÇÃO FISCAL. EXECUÇÃO CONTRA O ESTADO

- 215. O antigo e o novo executivo fiscal
- 216. Sucumbência do executado, da Fazenda Pública e recíproca
- 217. Executivo fiscal procedente: o “acréscimo legal” e honorários
- 218. Extinção da ação. Desistência. Cancelamento do crédito. Anistia
- 219. Honorários na execução fiscal contra a massa falida. Nas ações incidentes e correlatas à execução fiscal
- 220. Execução contra a Fazenda Pública

Capítulo XXXIX

HONORÁRIOS DE ADVOGADO NO PROCESSO TRABALHISTA

- 221. Advogado de sindicato e patrono da assistência judiciária
- 222. Código de Processo Civil de 1973 e Constituição de 1988

Capítulo XL

HONORÁRIOS DE ADVOGADO EM PROCESSOS CRIMINAIS

- 223. Indenização *ex delicto* e honorários do processo criminal
- 224. Honorários de advogado em ação penal privada
- 225. Honorários de advogado no crime de imprensa
- 226. Honorários de advogado dativo na defesa do réu pobre
- 227. Expediente administrativo conveniado para nomeação e pagamento dos honorários
- 228. Condições para a concessão de honorários e arbitramento

BIBLIOGRAFIA

Outras obras do autor